

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO
ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora, (a) **ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, n.º 321, Jardim Nova América, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.328.280/0001-97, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("**Emissora**") e, como agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures emitidas pela Emissora nos termos do presente instrumento, que constitui a 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e quirografárias da Emissora, (b) **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("**Agente Fiduciário**", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como "**Partes**" e individual e indistintamente como "**Parte**"), vêm, por meio desta e em regular forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Quirografárias, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("**Escritura de Emissão**", "**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da (i) assembléia geral ordinária e extraordinária da Emissora realizada em 2 de abril de 2009 ("**AGOE**"); e (ii) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 7 de maio de 2009, que deliberou sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**RCA**" e "**Lei das Sociedades por Ações**", respectivamente).

1.2. Esta Escritura de Emissão será objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), o qual será ratificado em reunião do conselho de administração da Emissora a ser convocada especificamente para esse fim ("**Aditamento**").

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

As Debêntures serão objeto de distribuição pública ("**Oferta**"), a ser realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A Oferta será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nos termos (i) da Lei das Sociedades por Ações; (ii) da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei n.º 6.385/76**"); (iii) da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM n.º 400/03**"); e (iv) das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("**Registro da Oferta**").

2.1.2. O Registro da Oferta será realizado por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008 ("**Instrução CVM n.º 471/08**"), devendo o pedido de Registro da Oferta ser submetido à análise prévia da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("**ANBID**"), em observância ao disposto no "Código de Auto-Regulação da ANBID para as Atividades Conveniadas" ("**Código ANBID de Atividades Conveniadas**").

2.2. Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação das Atas da AGOE e da RCA

2.2.1. A ata da AGOE foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP ("**JUCESP**") em 6 de abril de 2009, sob n.º 123.794/09-2, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 7 e 16 de abril de 2009, nos termos da legislação em vigor.

2.2.2. A ata da RCA será arquivada na JUCESP, tendo sido publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 12 de maio de 2009, nos termos da legislação em vigor.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão, o Aditamento e eventuais aditamentos posteriores serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro na ANBID

O pedido de Registro da Oferta será submetido à análise prévia da ANBID e a Oferta será registrada perante a CVM e a ANBID, nos termos da Instrução CVM n.º 471/08, do Código ANBID de Atividades Conveniadas e do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.5. Registro para Negociação

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("**SDT**") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("**SND**"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("**CETIP**"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("**DDA**") e do Sistema Bovespafix (ambiente de negociação de ativos) ("**Bovespafix**"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("**BM&FBovespa**"), sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

A Emissão é realizada em uma única série.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

3.3. Quantidade de Debêntures

São emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures.

3.4. Destinação de Recursos

Conforme detalhadamente descrito no prospecto da Oferta ("**Prospecto**"), os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta serão integralmente utilizados da seguinte forma:

- (a) aproximadamente 40% (quarenta por cento) dos recursos serão utilizados no resgate antecipado e pagamento integral da dívida representada pela 1ª (primeira) emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, objeto de distribuição pública, emitidas em 24 de abril de 2009, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias e valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), perfazendo o montante total de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais); e
- (b) aproximadamente 60% (sessenta por cento) dos recursos serão utilizados no pagamento da primeira parcela de principal, com vencimento em setembro de 2009, das debêntures da 2ª (segunda) emissão da Emissora, objeto de distribuição pública, composta por 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

garantia adicional, emitidas em três séries em 1º de setembro de 2005 e com vencimento final previsto para 1º de setembro de 2011.

3.5. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.

3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.6.1. O banco mandatário da Emissão é o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáúsa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 ("**Banco Mandatário**").

3.6.2. A instituição depositária e agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.194.353/0001-64.

3.7. Limite Legal

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o capital social da Emissora, em 31 de março de 2009, era de R\$ 952.491.950,14 (novecentos e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e um mil, novecentos e cinquenta reais e quatorze centavos).

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("**Coordenadores**"), para colocação por meio do sistema do SDT, administrado pela CETIP, e do DDA, administrado pela BM&FBovespa, mediante observância ao plano de distribuição descrito no item 4.1.2. abaixo.

4.1.2. As Debêntures serão colocadas junto ao público de acordo com o seguinte plano de distribuição ("**Plano de Distribuição**"):

4.1.2.1. As Debêntures serão colocadas pelos Coordenadores junto a pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta. Os Coordenadores, com expressa anuência da Emissora, organizarão a colocação das Debêntures perante os

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, sendo permitida, inclusive, a coleta de intenções de investimento, nos termos da Instrução CVM n.º 400/03, por meio de procedimento de *bookbuilding* a ser conduzido pelos Coordenadores ("**Procedimento de Bookbuilding**").

4.1.2.2. Para os fins do disposto no parágrafo 2º do artigo 14 e no artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03, a Emissão e a Oferta não poderão ser aumentadas, a critério da Emissora ou dos Coordenadores.

4.1.2.3. Nos termos do artigo 30 da Instrução CVM n.º 400/03, a Oferta somente poderá ser concluída mediante distribuição total das Debêntures.

4.1.2.4. Na hipótese de não conclusão da Oferta, por qualquer motivo, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão, da Emissora, por meio dos Coordenadores, os montantes utilizados na integralização de Debêntures no prazo a ser indicado no anúncio de início da Oferta ("**Anúncio de Início**"), que não será superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data de publicação de anúncio informando sobre a não conclusão da Oferta, deduzidos os encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração.

4.1.2.5. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, conforme previsto acima, os investidores deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Debêntures cujos valores tenham sido restituídos.

4.1.3. A colocação das Debêntures junto ao público investidor somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto ao público investidor.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 18 de junho de 2009 ("**Data de Emissão**").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("**Valor Nominal Unitário**").

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Itaú Corretora de Valores S.A., prestador de serviços de escrituração das Debêntures e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

extrato em nome dos titulares de Debêntures, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) para as Debêntures custodiadas na BM&FBovespa, será expedido extrato em nome dos titulares de Debêntures, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

4.5. Espécie

As Debêntures são da espécie quirografária, sem garantia.

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.7. Prazo de Vencimento

As Debêntures têm prazo de vigência de 27 (vinte e sete) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de setembro de 2011 ("**Data de Vencimento**").

4.8. Amortização Programada

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado a partir do 18º (décimo oitavo) mês após a Data de Emissão, inclusive, trimestralmente, sendo o primeiro pagamento de amortização devido em 18 de dezembro de 2010 e o último na Data de Vencimento, ou seja, em 18 de setembro de 2011 ("**Amortizações Programadas**"), observadas as seguintes proporções e montantes totais: (i) 19,10% (dezenove inteiros e dez centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário em 18 de dezembro de 2010, perfazendo o montante total de R\$ 57.300.000,00 (cinquenta e sete milhões e trezentos mil reais); (ii) 19,10% (dezenove inteiros e dez centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário em 18 de março de 2011, perfazendo o montante total de R\$ 57.300.000,00 (cinquenta e sete milhões e trezentos mil reais); (iii) 18,90% (dezoito inteiros e noventa centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário em 18 de junho de 2011, perfazendo o montante total de R\$ 56.700.000,00 (cinquenta e seis milhões e setecentos mil reais); e (iv) o saldo remanescente do Valor Nominal Unitário em 18 de setembro de 2011, em montante total de R\$ 128.700.000,00 (cento e vinte e oito milhões e setecentos mil reais).

4.8.2. Os montantes totais das Amortizações Programadas, conforme previstos no item 4.8.1. acima, serão divididos de forma *pro rata* entre todos titulares de Debêntures em circulação à época de cada Amortização Programada.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus à remuneração equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("**Taxa DI**"), acrescida exponencialmente de *spread* a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, ratificado pelo conselho de administração da Emissora e contemplado na presente Escritura de Emissão por meio da celebração do Aditamento ("**Remuneração**"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (Fator Juros \times Fator Spread - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário dos juros devidos em cada Data de Pagamento da Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário não amortizado, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = produtório das taxas DI_k, da Data de Emissão, inclusive, até cada Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Juros = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

Sendo que:

n = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

K = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDI_k = fator da taxa DI_k, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = (DI_k + 1)^{\frac{1}{252}} - 1$$

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Sendo que:

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread= sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$Fator\ Spread = (Spread + 1)^{\frac{n}{252}}$$

Sendo que:

spread = Acréscimo sobre a Taxa DI, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a próxima Data de Pagamento da Remuneração, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) O fator resultante da expressão $(Fator\ DI \times FatorSpread)$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2. Os pagamentos da Remuneração serão realizados de acordo com o seguinte cronograma:

(i) durante o período compreendido entre a Data de Emissão e o 18º (décimo oitavo) mês após a Data de Emissão, os pagamentos da Remuneração serão realizados semestralmente, nas seguintes datas: 18 de dezembro de 2009 e 18 de junho de 2010; e (ii) a partir do 18º (décimo

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

oitavo) mês após a Data de Emissão e até a Data de Vencimento, os pagamentos da Remuneração serão realizados trimestralmente, nas seguintes datas: 18 de dezembro de 2010, 18 de março de 2011, 18 de junho de 2011 e 18 de setembro de 2011 ("**Datas de Pagamento da Remuneração**").

4.9.3. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão ("**Período de Capitalização**").

4.9.4. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.5. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da taxa DIK pela CETIP, será aplicada na apuração de TDIK a última taxa DIK divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da divulgação posterior da taxa DIK que seria aplicável. Se a não divulgação da taxa DIK for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.9.6. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa DIK por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa DIK às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a taxa DIK não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a taxa DIK não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última taxa DIK divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.6.1. Caso a taxa DIK volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.6. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a taxa DIK, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da taxa DIK nos termos deste item 4.9.6.1., a última taxa DIK divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

4.9.7. Caso, na Assembléia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.6. acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, a taxa DIk a ser utilizada para a apuração de TDIk no cálculo da Remuneração será a última taxa DIk disponível; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures em circulação. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em circulação, as Debêntures farão jus a nova remuneração a ser definida pelos titulares de Debêntures e apresentada à Emissora na Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.9.6. acima.

4.10. Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Aquisição Facultativa

4.11.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

4.11.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser colocadas para negociação no mercado.

4.12. Vencimento Antecipado

4.12.1. Observado o disposto nos itens 4.12.2. a 4.12.6. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento ou descumprimento de tal obrigação pecuniária;
- (b) vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Emissora cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de vencimento antecipado, seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ressalvada a hipótese da Emissora, por meio de acordo, medida judicial ou arbitral, reverter a declaração do vencimento antecipado de tais obrigações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sem que deva garantir tal reversão com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ou superior às obrigações vencidas antecipadamente;
- (c) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, no mercado local ou internacional, cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de protesto, seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e que não seja sanado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que a Emissora tome conhecimento do referido protesto, à exceção de protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora no prazo referido acima;
- (d) descumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, na data da referida decisão, igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;
- (e) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 2 (dois) dias úteis e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora, incluindo, sem limitação, a concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do respectivo contrato de concessão em vigor;
- (f) decretação de falência, liquidação ou dissolução da Emissora, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (g) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência formulado pela Emissora ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- (h) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra sociedade, salvo (i) se tal alteração societária for previamente aprovada em Assembléia Geral de Debenturistas convocada para esse fim por titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou (ii) se for garantido o direito de resgate aos titulares de Debêntures que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação;
- (i) alteração no controle acionário direto ou indireto da Emissora, exceto nos casos de reorganização societária que envolva, exclusivamente, os atuais acionistas controladores diretos e indiretos da Emissora;
- (j) limitação da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão da Emissora em vigor, desapropriação ou confisco de ativos permanentes ou, ainda, qualquer outra medida que resulte (i) na perda de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da capacidade de distribuição de energia elétrica da Emissora, tomando-se por base a capacidade de distribuição de energia elétrica da Emissora na data de celebração desta Escritura de Emissão, e/ou (ii) na incapacidade de gestão dos negócios da Emissora e/ou de suas controladas operacionais e que, comprovadamente, afete a capacidade de pagamento da Emissora com relação às obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (k) perda da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão da Emissora em vigor;
- (l) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se houver anuência prévia e expressa dos titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;
- (n) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, exceto se houver anuência prévia e expressa dos titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;
- (o) redução do capital social da Emissora, exceto se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (p) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de parcela ou saldo do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de quaisquer outros valores devidos aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (q) inadimplemento, pela Emissora, com relação ao pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento;
- (r) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento de comunicação acerca do referido descumprimento; e
- (s) não observância pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos enquanto houver Debêntures em circulação, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros a serem calculados trimestralmente (**“Índices e Limites Financeiros”**):
 - 1. Endividamento Financeiro Líquido/EBITDA menor ou igual a 2,5; e
 - 2. EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 3,0.

A) Para os fins do disposto na alínea (s) acima:

“Endividamento Financeiro Líquido”: é o endividamento financeiro deduzido do saldo de caixa e das disponibilidades financeiras da Emissora (incluindo valores empenhados), excluídos os empréstimos setoriais concedidos e a serem concedidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (**“Empréstimos Eletrobrás”**);

“EBITDA”: é o somatório do resultado dos últimos 4 (quatro) trimestres antes de deduzidos (i) o imposto de renda e contribuição social, (ii) a depreciação e as amortizações, inclusive a amortização do ágio pago na aquisição da Emissora, (iii) as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) os resultados de participações societárias, e (v) o resultado não operacional; e

“Despesa Financeira Líquida”: é a despesa financeira deduzida das receitas financeiras dos últimos 4 (quatro) trimestres. As despesas financeiras excluem aquelas associadas (i) aos Empréstimos Eletrobrás; (ii) ao Programa de Integração Social – PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre receita financeira; (iii) aos juros sobre capital próprio; (iv) à variação cambial sobre as compras de energia de Furnas/Itaipu.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

B) Os Índices e Limites Financeiros serão apurados e verificados pelo Agente Fiduciário trimestralmente, no encerramento de cada trimestre contábil, com base nas informações financeiras da Emissora apresentadas à CVM. A primeira apuração e verificação dos Índices e Limites Financeiros, nos termos desta Escritura de Emissão, deverá considerar o trimestre contábil a ser encerrado em 30 de setembro de 2009.

4.12.1.1. Os valores mencionados nas alíneas (a) a (d) do item 4.12.1. acima serão corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

4.12.2. A Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros. Nessa hipótese, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre eventual adequação dos Índices e Limites Financeiros às novas regras ou práticas contábeis, que deverá ser aprovada por titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

4.12.2.1. Exclusivamente na hipótese prevista no item 4.12.2. acima, eventual desenquadramento de qualquer dos Índices e Limites Financeiros durante o período entre (i) a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.12.2. acima; e (ii) a definição dos novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.12.2.2. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.12.2. acima não delibere sobre os novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros ou não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, serão considerados mantidos os Índices e Limites Financeiros estabelecidos nesta Escritura de Emissão e eventual desenquadramento, a partir desse momento, poderá ensejar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.12.2.3. Ressalvada a hipótese prevista no item 4.12.2. acima, a alteração de qualquer dos Índices e Limites Financeiros, por qualquer motivo, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, nos termos do item 7.5.1. desta Escritura de Emissão.

4.12.3. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, “Data de Vencimento Antecipado” será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas (a), (b), (c), (f), (g), (h), (k), (l), (m), (n), (o), (p), (q) e (r) do item 4.12.1. acima, será a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures, independente de notificação do Agente Fiduciário nesse sentido, será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; (ii) ocorrendo os eventos previstos nas alíneas (d), (e), (i), (j) ou (s) do item 4.12.1. acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Debenturistas de que trata o item 4.12.4. abaixo, se tal Assembléia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, de acordo com a Cláusula Nona desta Escritura de Emissão.

4.12.4. Na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas alíneas (d), (e), (i), (j) ou (s) do item 4.12.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido evento, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.12.5. Caso a Assembléia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.12.4. acima não delibere sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures ou não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração e outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que titulares de Debêntures que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

4.12.5.1. Eventual suspensão dos trabalhos da Assembléia Geral de Debenturistas para reabertura em data diversa daquela originalmente estabelecida para a sua realização, desde que a data de reabertura da referida Assembléia Geral de Debenturistas seja aprovada pelos titulares de Debêntures presentes na Assembléia Geral de Debenturistas cujos trabalhos tenham sido objeto de suspensão, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.12.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.15. abaixo.

4.12.6.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.12.6. acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.13. Resgate Antecipado

4.13.1. A Emissora reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão ("**Prazo para Resgate Antecipado**"), promover resgate(s) antecipado(s) de parte ou da totalidade das Debêntures em circulação ("**Resgate Antecipado**").

4.13.2. O Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

4.13.3. O Resgate Antecipado parcial ou total será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração ("**Valor de Resgate**"), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, acrescido de prêmio calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = d/D * 0,0065 * \text{Valor de Resgate}$$

sendo que:

P= prêmio de resgate apurado sobre o Valor de Resgate, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

d= quantidade de dias corridos entre a data de pagamento do Valor de Resgate e a Data de Vencimento;

D= quantidade de dias corridos entre a data de início do Prazo para Resgate Antecipado e a Data de Vencimento.

4.14. Oferta de Resgate Antecipado

4.14.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação pelo conselho de administração, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares de Debêntures igualdade de condições para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade ("**Oferta de Resgate Antecipado**"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (a) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio da publicação de edital a ser amplamente divulgado nos termos do item 4.19. desta Escritura de Emissão ("**Edital de Oferta de Resgate Antecipado**"), que deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se o resgate antecipado será total ou parcial, bem como o procedimento a ser observado em caso de resgate antecipado parcial (sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, ou ordem cronológica de aceitação da respectiva Oferta de Resgate Antecipado); (ii) o valor do prêmio de resgate, se houver; (iii) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento dos valores devidos aos titulares de Debêntures; (iv) forma de manifestação dos titulares de Debêntures que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (v) demais

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

informações necessárias à tomada de decisão pelos titulares de Debêntures e à operacionalização do resgate das Debêntures;

- (b) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os titulares de Debêntures que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado;
- (c) a Emissora poderá condicionar a realização da Oferta de Resgate Antecipado à sua aceitação por um percentual mínimo dos titulares de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e
- (d) o valor a ser pago aos titulares de Debêntures será correspondente ao Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso; e (ii) de eventual prêmio a ser oferecido aos titulares de Debêntures, a exclusivo critério da Emissora.

4.14.2. As Debêntures resgatadas antecipadamente nos termos deste item 4.14. serão canceladas pela Emissora.

4.14.3. Os pagamentos devidos aos titulares de Debêntures em razão da aceitação de Oferta de Resgate Antecipado serão efetuados por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa, observados os respectivos procedimentos específicos. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

4.15. Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento das Amortizações Programadas e da Remuneração devidas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

4.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.15. acima, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.17. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

4.18. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.19. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes relativos exclusivamente à Emissão e/ou às Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, a critério razoável da Emissora, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM.

4.20. Imunidade dos Titulares de Debêntures

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre social, ou nas datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes. As informações referidas nesta alínea (ii) deverão ser acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração, bem como de declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura de Emissão;
- (ii) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (iii) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada ("**Instrução CVM n.º 202/93**"), ou normativo que venha a substituí-la, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
- (iv) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19. acima;
- (v) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembléias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (vi) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea (f) abaixo;
- (vii) dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias após sua divulgação, cópia do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco das Debêntures, contratada na forma da alínea (s) abaixo;
- (viii) em até 10 (dez) dias úteis da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (ix) em até 5 (cinco) dias úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em um "Efeito Adverso Relevante", que significa todo e qualquer efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora; e
- (x) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (c) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 202/93, e fornecer aos seus acionistas as demonstrações financeiras nos termos dos artigos 176 e 289 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (e) atender de forma eficiente às solicitações legítimas dos titulares de Debêntures e do Agente Fiduciário;
- (f) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (g) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.12. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (h) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (i) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (j) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar, de qualquer forma, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, no todo ou em parte;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (k) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora;
- (l) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (m) cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
- (n) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Oferta;
- (o) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND e do Bovespafix;
- (p) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (q) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (r) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (s) contratar e manter contratada, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agência classificadora de risco que mantenha atualizado e dê ampla divulgação ao mercado do relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures, com periodicidade, no mínimo, anual; e
- (t) informar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros.

5.2. As despesas a que se refere a alínea (p) do item 5.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos pela Emissora em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita tal nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("**Instrução CVM n.º 28/83**");

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular BACEN n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada; e
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou, caso ainda restem obrigações da Emissora inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora relacionadas a esta Escritura de Emissão sejam cumpridas ou, ainda, até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, duas parcelas de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a concessão do registro da Oferta pela CVM e a segunda parcela devida 12 (doze) meses após o pagamento da primeira parcela ("**Remuneração do Agente Fiduciário**").

6.4.1. A remuneração prevista acima será devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Emissora. Nessas hipóteses, a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por mês.

6.4.2. As parcelas referentes à Remuneração do Agente Fiduciário serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão e até as datas de pagamento de cada parcela referente à Remuneração do Agente Fiduciário, calculadas *pro-rata die*.

6.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).

6.4.4. As parcelas referentes à Remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a Remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.5. A Emissora ressarcirá ao Agente Fiduciário todas as despesas razoáveis que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos titulares de

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

Debêntures ou para realizar seus créditos, desde que tais despesas tenham sido previamente aprovadas pela Emissora.

6.4.5.1. O ressarcimento de despesas de que trata o item 6.4.5. acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora e compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com: (a) publicação de relatórios, avisos e notificações que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; (b) extração de certidões; (c) locomoções entre cidades e estados, com respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

6.4.5.2. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem, também, gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais relacionadas a ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de suas funções, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros enquanto representante da comunhão dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento de tais despesas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco da sucumbência.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item 4.19. acima;
- (j) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos titulares de Debêntures, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - vi. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- vii. pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - viii. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
 - ix. relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- i. na sede da Emissora;
 - ii. na sede do Agente Fiduciário;
 - iii. na CVM;
 - iv. na CETIP;
 - v. na BM&FBovespa; e
 - vi. na sede dos Coordenadores.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações legais, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à CETIP e à BM&FBovespa;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à CETIP e à BM&FBovespa, em observância aos prazos exigidos por cada qual;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) acompanhar, calcular e apurar os Índices e Limites Financeiros, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão; e
- (s) verificar o cumprimento, pela Emissora, da obrigação de manter contratada agência classificadora de risco para atualização do relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures, nos termos da alínea (s) do item 5.1. acima, e encaminhar cópia de eventuais atualizações à ANBID, no prazo de até 15 (quinze) dias após a sua veiculação.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.12. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) observados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (b) e (c) acima se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, (i) a deliberação por Debenturistas que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (a) acima; e (ii) a deliberação por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em circulação presentes à respectiva Assembléia Geral de Debenturistas quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) acima.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, solicitando sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP junto com a presente.

6.7.5.1 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.19. acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembléia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

7.2.1. A Assembléia Geral de Debenturistas será convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em primeira convocação e com antecedência mínima de 8 (oito) dia em segunda convocação.

7.2.2. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos titulares de Debêntures.

7.3. Aplicar-se-á à Assembléia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do item 7.2. desta Cláusula Sétima, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão e no item abaixo, serão tomadas por titulares de Debêntures representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.5.1. Quaisquer alterações no prazo de vigência das Debêntures, na Remuneração (com exceção da deliberação de que trata o item 4.9.7. acima), nas datas de pagamento de Amortização Programada, nas Datas de Pagamento da Remuneração, no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas e nos eventos de vencimento antecipado (sem prejuízo do disposto no item 4.12.2. acima), conforme previsto nesta Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes de segundo grau.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) exceto conforme informado no Prospecto, detém, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes e indispensáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, assim como as informações financeiras referentes aos períodos de 3 (três) meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade vigentes no Brasil à época em que foram preparadas e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) o Prospecto contém e conterá, na data de publicação do Anúncio de Início, todas as informações relevantes em relação à Emissora, no contexto da Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (i) as informações e declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (j) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta aos fins previstos no item 3.4. desta Escritura de Emissão;
- (m) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Rua Ary Antenor de Souza, n.º 321
Campinas – SP

At.: Sr. Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva
Tel.: (19) 2122-1095
Fax: (19) 2122-1564
E-mail: rodrigo.silva@elektro.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar
Rio de Janeiro – RJ

At.: Srs. Carlos Alberto Bacha e Rinaldo Rabello Ferreira
Tel.: (21) 2507-1949
Fax: (21) 2507-1949
E-mail: pavarini@pavarini.com.br

Para o Banco Mandatário:

BANCO ITAÚ S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa
São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Loureiro
Tel.: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

Para a Instituição Depositária e Agente Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar
São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Loureiro
Tel.: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços acima. As comunicações feitas por meio de fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

Cláusula Onze – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Aditamento a Emissora e o Agente Fiduciário, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 12 de maio de 2009

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não
Convertíveis em Ações, Quirografárias, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., celebrado em 12 de maio
de 2009*

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF:

Nome:

RG:

CPF: